

**AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX.**

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da carteira de identidade n. XXXXXXX - XXX/XX, inscrita no CPF sob o n. XXXXXXX, residente no XXXXXXX e domiciliada no XXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXX, telefone: XXXXXXX, vem, via *Defensoria Pública do Distrito Federal*, nos termos da legislação vigente, requerer o presente

ALVARÁ JUDICIAL

aduzindo para tanto as razões seguintes:

A requerente é curadora dos bens do AUSENTE **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, filho de *Pai de tal e de Mãe de tal*, portador da cédula de identidade n. XXXXXXX, inscrito no CPF sob o n. XXXXXXX, conforme se pode verificar na cópia do termo de compromisso de curador de bens (processo n. XXXXXXXX que tramitou na ^a Vara de Família da Circunscrição Judiciária de XXXX).

O curatelado é herdeiro de metade da gleba de 2 (dois) hectares de terras de campos e matos na Fazenda XXXXX, dentro do perímetro do XXXXXXX e a fração ideal de um lote denominado XXXXXXXXXXXXXXXX, conforme os autos de remoção de Curador, processo

n. XXXXXXXX, que tramitou na ^a Vara de Família de arrolamento de inventário e, processo n. XXXXXXXX, que tramitou no ilustre **Juízo de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de XXXX**.

O curatelado também possui valores pecuniários depositados no Banco tal, agência: XXXXX, conta corrente n. XXXXX; Banco de tal, agência: XXXX, conta corrente n. XXXXXXXX; Banco tal, agência: XXXXX, conta investimento XXXXXXXX; e, Banco tal, agência: XXXXX, conta XXXXXXXX, cujos valores são desconhecidos.

Saliente-se por oportuno que **a Requerente necessita das quantias retidas nas contas supracitadas para pagar contas (CEB, taxa de condomínio, IPTU e ITR) realizar benfeitorias no imóvel do curatelado, assim como para administrar os bens deste.**

A Requerente dirigiu-se ao Banco Tal situado no XXXXXXX, para saber os saldos das contas retidos em nome do curatelado, contudo foi-lhe negado os extratos atualizados das referidas contas.

Destarte, em face da impossibilidade de efetuar levantamento, saque das importâncias retidas no Banco tal, agência: XXXXX, conta corrente n. XXXXX; Banco tal, agência: XXXXX, conta corrente n. XXXXX; Banco tal, agência: XXXXXXXX, conta investimento XXXXXXXXX; e, Banco Tal, agência: XXXXX, conta XXXXXXXX, bem como movimentação bancária por cheque junto ao Banco Tal na conta do **AUSENTE/CURATELADO - Fulano de tal**, alternativa não teve a Requerente senão buscar o Judiciário.

Outrossim, estabelece a Lei 6.858/80, em seu artigo 1º, disposição que regula a espécie, que:

“Art. 1º. Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento.”

O curador nomeado pelo juiz tem como função principal cuidar da pessoa do interditado (ou curatelado) e administrar os bens e rendimentos que lhe pertençam.

Neste sentido, os artigos 1.753 e 1.754 c/c o artigo 1.774 todos do Código do Civil - CC não deixam dúvida de que o curador não pode conservar em poder dinheiro do tutelado (curatelado) além do necessário para o seu sustento, educação deste e a administração de seus bens, devendo as eventuais quantias depositadas em nome do tutelado/curatelado nas instituições bancárias serem movimentadas somente em hipóteses previstas nos incisos do artigo 1.754 do CC, mediante expressa autorização judicial, senão vejamos:

Art. 1.753. Os tutores não podem conservar em seu poder dinheiro dos tutelados, além do necessário para as despesas ordinárias com o seu sustento, a sua educação e a administração de seus bens.

Art. 1.754. Os valores que existirem em estabelecimento bancário oficial, na forma do artigo antecedente, não se poderão retirar, senão mediante ordem do juiz, e somente:

I - para as despesas com o sustento e educação do tutelado, ou a administração de seus bens;

II - para se comprarem bens imóveis e títulos, obrigações ou letras, nas condições previstas no § 1º do artigo antecedente

III - para se empregarem em conformidade com o disposto por quem os houver doado, ou deixado;

IV - para se entregarem aos órfãos, quando emancipados, ou maiores, ou, mortos eles, aos seus herdeiros.

Art. 1.774. Aplicam-se à curatela as disposições concernentes à tutela, com as modificações dos artigos seguintes.

Assim sendo, necessária a intervenção judicial no sentido de autorizar a Requerente a efetuar o levantamento e saque das importâncias retidas no Banco Tal, agência: XXXXX, conta corrente n. XXXXX; Banco Tal, agência: XXXXX, conta corrente n. XXXXX; Banco Tal, agência: XXXXXXXX, conta investimento XXXXXXXX; e, Banco do Tal, agência: XXXX, conta XXXXXXXX, bem como movimentação bancária por cheque junto ao Banco Tal na conta do **AUSENTE/CURATELADO - Fulano de tal visando realizar o pagamento de contas (CEB, taxa de condomínio, IPTU e ITR) realizar benfeitorias no imóvel do curatelado, assim como, arcar com os diversos gastos de pequena monta para administrar os bens deste.**

Ante o exposto, requer:

a) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;

b) a intervenção do Ministério Público;

c) se Vossa Excelência entender necessário, que seja expedido ofício ao Banco Tal, agência: XXXXX, conta corrente n. XXXXX; Banco Tal,

agência: XXXXXX, conta corrente n. XXXXXXXX; Banco Tal, agência: XXXXXX, conta investimento XXXXXXXXX; e, Banco Tal, agência: XXXXXX, conta XXXXX, a fim de que tal instituição informe os saldos existentes em nome de **Fulano de tal**, haja vista que a Requerente não podem obter tais informações em razão do sigilo bancário;

d) seja julgado procedente o pedido para, por sentença, autorizar a Requerente, **Fulano de tal**, efetuar o levantamento e saque das importâncias retidas no Banco tal, Banco Tal, agência: XXXXX, conta corrente n. XXXX; Banco Tal, agência: XXXXX, conta corrente n. XXXXXXXX; Banco Tal, agência: XXXXX, conta investimento XXXXXXXX; e, Banco Tal, agência: XXXXX, conta XXXXXXXX, bem como movimentação bancaria por cheque junto ao Banco Tal na conta do **AUSENTE/CURATELADO - Fulano de tal**.

Protestam provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, máxime pela documentação que instrui a presente.

Valor da causa: R\$ XXXXX (XXXXXXXXXX).

Nesses termos, pedem deferimento.

XXXXXXXX, XXX de XXX de XXXX

Fulano de tal
Requerente

Fulano de tal
Matrícula n. XXXX

Fulano de tal
Defensor Público

